

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	16.024.438,60	16.386.092,60
Activos intangíveis	6	0,00	5.086,68
Investimentos financeiros	17.1	5.667,94	3.297,89
		16.030.106,54	16.394.477,17
Activo corrente			
Clientes	17.3	28.671,78	65.061,55
Estado e outros entes públicos	17.10	6.796,77	5.308,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	1.039,67	1.039,67
Outras contas a receber	17.4	171.199,57	405.855,24
Diferimentos	17.5	22.586,43	18.830,32
Outros activos financeiros	17.6	4.501,20	6.103,90
Caixa e depósitos bancários	17.7	69.875,07	97.113,25
		304.670,49	599.312,40
Total do activo		16.334.777,03	16.993.789,57
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	575.579,75	575.579,75
Resultados transitados	17.8	9.168.869,09	9.149.937,02
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	2.242.121,59	2.301.813,35
		11.986.570,43	12.027.330,12
Resultado líquido do período		14.359,51	18.932,07
Total do fundo de capital		12.000.929,94	12.046.262,19
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	32.250,00	32.250,00
Financiamentos obtidos	8	2.866.259,57	3.286.369,48
		2.898.509,57	3.318.619,48
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	211.812,41	221.760,34
Adiantamentos de Clientes	17.11	270,68	270,68
Estado e outros entes públicos	17.10	246.488,96	212.322,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	28.215,43	48.860,43
Financiamentos obtidos	8	449.026,36	309.569,21
Diferimentos	17.5	22.179,34	308.010,14
Outras contas a pagar	17.11	477.344,34	528.114,53
		1.435.337,52	1.628.907,90
Total do passivo		4.333.847,09	4.947.527,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16.334.777,03	16.993.789,57

A Direcção,

O Contabilista Certificado,



André Fernandes Coelho



244626246

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.015	2.014
Vendas e serviços prestados	10	808.437,46	773.059,98
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2.916.969,55	2.804.667,58
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-163.095,07	-129.317,09
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-596.276,19	-640.218,27
Gastos com o pessoal	15	-2.426.645,44	-2.333.515,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3 e 17.4	-3.249,03	-64.493,74
Provisões (aumentos/reduções)	11	0,00	-32.250,00
Aumentos/reduções de justo valor	17.6	-1.602,70	-716,10
Outros rendimentos e ganhos	17.15	151.908,54	146.389,80
Outros gastos e perdas	17.16	-104.862,25	-95.126,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		581.584,87	428.481,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-433.136,30	-247.732,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		148.448,57	180.749,02
Juros e gastos similares suportados	17.17	-134.089,06	-161.816,95
Resultados antes de impostos		14.359,51	18.932,07
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		14.359,51	18.932,07

A Direcção,

O Contabilista Certificado,



André Fernandes Coelho



244 686206

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA


Período findo em 31 de Dezembro de 2015

	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2015	2014
Fluxos de Caixa das actividades operacionais-método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		775.296,72	786.461,81
Pagamentos de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamento a Fornecedores		(769.319,19)	(860.446,40)
Pagamentos ao Pessoal		(2.428.964,72)	(2.378.271,26)
Caixa gerada pelas operações		(2.422.987,19)	(2.452.255,85)
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		2.835.271,31	2.789.705,74
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		412.284,12	337.449,89
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos de			
Activos Fixos Tangíveis		(21.272,90)	(35.601,85)
Activos Fixos Intangíveis			
Investimentos Financeiros		(2.370,05)	(3.297,89)
Outros Activos			
Recebimentos de			
Activos Fixos Tangíveis			
Activos Fixos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Activos			
Subsídios ao Investimento			
Juros e Rendimentos similares		2,36	7,48
Dividendos			
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		(23.640,59)	(38.892,26)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos de			
Financiamento Obtidos		116.000,00	71.171,49
Realização de fundos			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos de			
Financiamentos Obtidos		(397.195,20)	(198.104,38)
Juros e gastos similares		(134.686,51)	(161.816,95)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		(415.881,71)	(288.749,84)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(27.238,18)	9.807,79
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		97.113,25	87.305,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		69.875,07	97.113,25

A Direcção,


 André Fernandes Coelho

O Contabilista Certificado,


 2016206246

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

2015

U
m
Ae

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação.....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Activos Fixos Tangíveis	10
6	Activos Intangíveis.....	11
7	Locações	12
8	Custos de Empréstimos Obtidos	12
9	Inventários.....	13
10	Rédito.....	13
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	13
12	Subsídios e Apoios do Governo	14
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	15
14	Imposto sobre o Rendimento.....	15
15	Benefícios dos empregados.....	15
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
17	Outras Informações	15
17.1	Investimentos Financeiros.....	15
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	16
17.3	Clientes e Utentes.....	16
17.4	Outras contas a receber	16
17.5	Diferimentos	17
17.6	Outros Activos Financeiros	17
17.7	Caixa e Depósitos Bancários.....	17
17.8	Fundos Patrimoniais	17
17.9	Fornecedores.....	18
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	18
17.11	Outras Contas a Pagar	18
17.12	Outros Passivos Financeiros	19
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	19
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	19

17.15 Outros rendimentos e ganhos	19
17.16 Outros gastos e perdas	20
17.17 Resultados Financeiros	20
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	20

11
m
AC

V
m
Ae

1 Identificação da Entidade

A “Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública a 30 de Outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º299 de 23 de Dezembro de 2004, Série III, sito em Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projectos de vida e o pleno exercício da cidadania.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

U
m
Ae

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Activos fixos tangíveis	3 a 6

3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Activos Intangíveis	-

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

V
m
Ae



As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são reflectidas no Balanço no activo.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

V
m
Ac

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) **estão isentos de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):**

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável.

5 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2015						Total
	Terrenos e Recursos Naturals	Edifícios e Outras construções	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equip. Administ.	Outros Activos	
Activos							
Saldo Inicial	3.426.071,04	14.133.135,06	634.111,98	100.540,70	139.759,09	27.479,85	18.460.559,71
Aquisições	0,00	13.104,93	41.758,23	10.500,00	1.032,46	0,00	66.395,62
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	3.426.071,04	14.146.239,99	675.870,21	111.040,70	140.791,55	27.479,85	18.526.955,33
Depreciações Acumuladas							
Saldo Inicial	0,00	1.263.008,12	555.656,56	100.540,70	129.159,90	26.101,83	2.074.467,11
Depreciações do Exercício	0,00	377.810,06	33.289,73	7.875,00	8.721,85	352,98	428.049,62
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	1.640.818,18	588.946,29	108.415,70	137.881,75	26.454,81	2.502.516,73
Activo Líquido	3.426.071,04	12.505.421,81	86.923,92	2.625,00	2.909,80	1.025,04	16.024.438,60

31 de Dezembro de 2014							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras construções	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equip. Administ.	Outros Activos	Total
Activos							
Saldo Inicial	3.440.443,22	14.099.932,16	625.973,06	100.540,70	138.480,81	27.479,85	18.432.311,79
Aquisições	0,00	0,00	8.138,92	0,00	1.278,28	0,00	9.417,20
Outras Variações	-14.372,18	33.202,90	0,00	0,00	0,00	0,00	18.830,72
Saldo Final	3.426.071,04	14.133.135,06	634.111,98	100.540,70	139.759,09	27.479,85	18.460.559,71
Depreciações Acumuladas							
Saldo Inicial	0,00	1.062.635,84	525.643,21	100.002,66	117.790,04	25.748,43	1.831.820,18
Depreciações do Exercício	0,00	200.372,28	30.013,35	538,04	11.369,86	353,40	242.646,93
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	1.263.008,12	555.656,56	100.540,70	129.159,90	26.101,83	2.074.467,11
Activo Líquido	3.426.071,04	12.870.126,94	78.455,42	0,00	10.599,19	1.378,02	16.386.092,60

Relativamente à depreciação do Edifício do CRPCCG, uma vez que, foi finalizado o processo de registo do imóvel, bem como, as respectivas reparações e manutenções, foi decidido iniciar a depreciação do mesmo.

6 Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2015					
	Projectos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Fixos Intangíveis	Total
Activos					
Saldo Inicial	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Depreciações Acumuladas					
Saldo Inicial	0,00	10.170,32	0,00	0,00	10.170,32
Amortizações do Exercício	0,00	5.086,68	0,00	0,00	5.086,68
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Activo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	31 de Dezembro de 2014				
	Projectos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Fixos Intangíveis	Total
Activos					
Saldo Inicial	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Depreciações Acumuladas					
Saldo Inicial	0,00	5.085,16	0,00	0,00	5.085,16
Amortizações do Exercício	0,00	5.085,16	0,00	0,00	5.085,16
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	10.170,32	0,00	0,00	10.170,32
Activo Líquido	0,00	5.086,68	0,00	0,00	5.086,68

7 Locações

A Entidade não detém activos adquiridos com recurso a locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2015		2014	
	Montante Utilizado		Montante Utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimo Novo Banco n.º0770027116	190.460,20 €	1.406.358,57 €	188.397,72 €	1.598.881,25 €
Empréstimo Novo Banco n.º0770049006	181.764,00 €	1.030.001,00 €	50.000,00 €	1.237.500,00 €
Empréstimo Montepio Geral	38.000,00 €	412.000,00 €	-	449.988,23 €
Livrança Montepio Geral	35.100,00 €	17.900,00 €	68.000,00 €	-
Descobertos Bancários	3.702,16 €		3.171,49 €	
	449.026,36 €	2.866.259,57 €	309.569,21 €	3.286.369,48 €

O plano de reembolso perspectivado para os próximos exercícios ascende a 445 324,20€ para o ano de 2016. Relativamente ao empréstimo Banco Espírito Santo/Novo Banco n.º 0770049006, foi aprovado em Janeiro de 2014 um aditamento ao contrato, resultando numa carência de capital até dia 1 de Agosto de 2015.

No empréstimo associado ao Montepio Geral foram também renegociadas as condições inicialmente acordadas, uma vez que o período de carência de capital terminaria em Outubro de 2014. A APCL renegociou de forma a alargar esse período, bem como reduzir a taxa de juro associada ao empréstimo.

A livrança foi parcialmente amortizada durante o ano de 2015 (€8 000), e o restante valor (€45 000) convertido em empréstimo de médio/longo prazo a 48 meses, em 11 Janeiro 2016.

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” apresentava os seguintes valores:

Movimentos	2015	2014
	Existências Iniciais	
Compras	163 095,07€	129 317,09€
Regularização		
Existências		
Existências Iniciais		
Custo do Exercício	163 095,07€	129 317,09€

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas e Prestação de Serviços	784 962,09€	753 773,46€
Quotas e jóias	23 475,37€	19 553,49€
Outros Rendimentos	-	-
Descontos e abatimentos	-	-266,97€
Total	808 437,46€	773 059,98€

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2014 e 2015, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2014	Aumentos	Diminuições	2015
Processos judiciais em curso	32 250.00	0.00	0.00	32 250.00
Total	32 250.00	0.00	0.00	32 250.00

A provisão na rubrica “Processos judiciais em curso” constituída em 2014, deve-se ao facto de se encontrar a decorrer um processo judicial entre a APCL e um fornecedor de serviços.

Passivos contingentes

Existe o montante de 70 400,00€ a liquidar à Autoridade Tributária, referente ao IMI do CRPCCG.

Como IPSS, a APCL está isenta do pagamento deste imposto. Foram apresentados recursos hierárquicos dos quais ainda não teve qualquer despacho. No entanto, é convicção da APCL que esta situação terá um desfecho favorável, pelo motivo mencionado anteriormente.

Activos contingentes

Foi liquidado o montante de 69 160,26€ ao IGFSS, relativamente a uma dívida, de anos anteriores, pertencente à Formação Profissional. Verbalmente foi prometido à APCL a sua recuperabilidade. Uma vez que só existe a promessa verbal, o recebimento da verba não é virtualmente certo.

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, actual APCL, foi contemplada no testamento da Sr^a Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº 49 em Elvas. Em acta de reunião onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100 000,00€.

12 Subsídios e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Subsídios à Exploração	2.687.540,07 €	2.716.469,70 €
ISS, IP - Centro Distrital	2.333.846,56 €	2.321.671,00 €
IEFP	248.264,85 €	246.041,30 €
Autarquias	40.332,70 €	32.718,10 €
INR	6.315,49 €	6.570,58 €
Federação Assoc. Portuguesas Paralisia Cerebral	55.403,62 €	103.599,37 €
PCAND	1.135,65 €	5.869,35 €
Outros	2.241,20 €	
Doações e Heranças	229.429,48 €	88.197,88 €
	<u>2.916.969,55 €</u>	<u>2.804.667,58 €</u>

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2015 e 31/12/2014, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 195 e em 2014 foi de 187.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao Pessoal	1.807.227,65 €	1.731.099,95 €
Indemnizações	2.200,00 €	3.200,33 €
Encargos sobre Remunerações	411.052,96 €	389.548,43 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	24.699,86 €	10.820,98 €
Outros Gastos com o Pessoal	181.464,97 €	198.845,35 €
Total	2.426.645,44 €	2.333.515,04 €

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado em situação de mora no valor de 148 933,78€, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, na medida em que existe um acordo de pagamento em vigor para pagamento dos valores em dívida.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Outros investimentos financeiros	5 667.94	3 297.89
Total	5 667.94€	3 297.89€

O montante 5 667,94€ refere-se a retenções efectuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	28 215,43	48 860,43
Total	28 215.43€	48 860.43€

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	37 827.29	70 968.03
Total	37 827.29€	70 968.03€

Nos períodos de 2015 e 2014 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2015	2014
Clientes		
Utentes	-9 155.51	-5 906.48
Total	-9 155.51€	-5 906.48€

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

	2015		2014		Montante Líquido	
	Montante Bruto	Imparidade Acumulada	Montante Líquido	Montante Bruto		Imparidade Acumulada
Outras Contas a Receber						
Fornecedores de investimentos (271)	18.233,35	0,00	18.233,35	18.233,35	0,00	18.233,35
Devedores por acréscimo de rendimentos (272)	60.104,63	0,00	60.104,63	58.903,42	0,00	58.903,42
Associados (278)	32.869,02	15.173,77	17.695,25	17.294,00	15.173,77	2.120,23
ADSE (278)	11.072,10	0,00	11.072,10	11.072,10	0,00	11.072,10
Outros Devedores (278)	106.724,00	46.473,89	60.250,11	357.967,63	46.473,89	311.493,74
Fornecedores conta corrente (221)	3.844,13	0,00	3.844,13	24.953,22	20.920,82	4.032,40
	232.847,23	61.647,66	171.199,57	488.423,72	82.568,48	405.855,24

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Total	22.586,43 €	18.830,32 €
Rendimentos a Reconhecer		
Total	22.179,34 €	308.010,14 €

17.6 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Fundo de Participação CEMG		
Total	4 501.20€	6 103.90€

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	3 218.66	3 498.65
Depósitos à ordem	44 005.73	86 963.92
Depósitos a prazo	22 650.68	6 650.68
Total	69 875.07€	97 113.25€

17.8 Fundos Patrimoniais

No período de 2015 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579.75	0.00	0.00	575 579.75
Resultados transitados	9 149 937.02	18 932.07	0.00	9 168 869.09
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 301 813.35	42 996.33	-102 688,09	2 242 121.59
Total	12 027 330.12€	61 928.40€	-102 688.09€	11 986 570.43€

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	232 733.23	242 681.16
Perda por imparidade acumulada	20 920.82	20 920.82
Total	211 812.41€	221 760.34€
Fornecedores Investimentos	18 659.09€	15 853.89€

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0.00	2 132.52
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 796.77	3 160.95
Outros Impostos e Taxas	0.00	15.00
Total	6 796.77€	5 308.47€
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	15 065.55	18 837.27
Segurança Social	230 213.88	192 572.24
Outros Impostos e Taxas	1 209.53	913.06
Total	246 488.96€	212 322.57€

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

	2015 Montante Líquido	2014 Montante Líquido
Outras Contas a Pagar		
Clientes saldo credor (211-218)		25.370,15
Pessoal (23)	16.233,59	18.435,50
Fornecedores de investimentos (271)	18.659,09	15.853,89
Credores por acréscimos	24.778,52	14.570,99
Estimativa Férias e Subsídio Férias	340.872,10	326.792,68
Fundo Socorro Social	34.382,86	63.812,34
Outros Devedores e Credores < €10,000 (278)	42.418,18	63.278,98
	<u>477.344,34</u>	<u>528.114,53</u>

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não existem movimentos associados a esta rubrica.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 628 759.60	2 607 000.98
Subsídios de outras entidades	58 780.47	109 468.72
Doações e heranças	229 429.48	88 197.88
Total	2 916 969.55€	2 804 667.58€

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	234 996.28	314 284.29
Materiais	43 272.85	14 476.39
Energia e fluidos	181 159.30	193 647.16
Deslocações, estadas e transportes	8 097.79	6 192.97
Serviços diversos	128 749.97	111 617.46
Total	596 276.19€	640 218.27€

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	16.84
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	902.00	0.00
Outros rendimentos e ganhos	151 004.18	146 365.48
Juros e rendimentos similares obtidos	2.36	7.48
Total	151 908.54€	146 389.80€

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	10.397,15	8.991,33
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	65.626,74	77.617,81
Outros Gastos e Perdas	28.838,36	8.516,87
Total	104.862,25	95.126,01

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	134 089.06	154 720.54
Juros de financiamentos obtidos	116 732.72	137 013.52
Juros de Mora e Compensatórios	17 325.37	13 120.79
Outros Juros	30.97	4 586.23
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	7 096.41
Total	134 089.06€	161 816.95€
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0.00	0.00
Resultados Financeiros	-134 089.06€	-161 816.95€

17.18 Acontecimentos após data de Balanço


A APCL tem activa uma garantia bancaria no valor de 4 650.68€ na instituição bancária BPI, a favor da Câmara Municipal de Oeiras.

Os empréstimos bancários do Banco Espírito Santo, actual Novo Banco, têm como garantia real a hipoteca dos bens imóveis onde estão instalados os equipamentos sociais do Centro Nuno Belmar da Costa sito em Oeiras e Centro Nuno Azeredo Perdígão sito em Odivelas.

A Autoridade Tributária tem como garantia real a hipoteca das fracções A a D do equipamento social Espaço Sete Oficinas sito em Telheiras, em virtude do processo ainda a decorrer relativo ao IMI do edifício do CRPCCG.

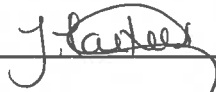
Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral em 21 de Julho de 2016.

A Direcção



André Fernandes Coelho

O Contabilista Certificado



242686246



MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S) ANEXO OBRIGATÓRIO	
CG Conta de Gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social	ANO: 2015 -1
	NISS: 20017238929
	NIPC: 506610624

dm
R

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E	TAXA DE	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES				SALDO VALOR LIQ. ANO N-1	MOVIMENTOS NO ANO				SALDO VALOR LIQ. ANO N			
					INVEST.º	EMPREEND.º	AMORTIZ.	1.º AO 3.º		4.º e 5.º	6.º ANO	7.º ao 50.º ANO	A débito		A crédito		
								ANO		ANO	ANO	ANO	Para a 788		Outros débi	cebimento	Outros crédito
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)					
593	SUBSÍDIOS																
5931	Ampliação e Reabilitação CNBC																
593111	Do - FEDER	2006	433687,46		21.467,95	21.467,95	21.467,95	21.467,95	261.943,86	21.467,95				240.475,91			
593112	Do - PIDDAC	2006	289125,02		14.311,96	14.311,96	14.311,96	14.311,96	174.629,34	14.311,96				160.317,38			
593113	Da - Entidade Executora	2006	79005,71		3.975,55	3.975,55	3.975,55	3.975,55	47.201,31	3.975,55				43.225,76			
5932	Saude XXI																
593211	Saude XXI	2007	148009,46		7400,47	7400,47	7400,47	7400,47	96.206,17	7.400,47				88.805,70			
5933	PARES II																
593301	Instituto Segurança Social	2012	1.129.353,34		29.481,22	29.481,22	29.481,22	29.481,22	1.070.390,90	29.481,22				1.040.909,68			
5935	CMO																
593501	CMO - CNBC	2013	116.593,90		11.113,88	11.113,88	11.113,88	11.113,88	116.593,90	11.113,88				105.480,02			
593502	CMO - Casas de Granja	2013	144.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	144.000,00	3.000,00				141.000,00			
	...																
	TOTAL SUBS. "EMP. A" - EX.: (CRECHE)		2339774,89		90.751,03	90.751,03	90.751,03	90.751,03	1.910.965,48	90.751,03	0,00	0,00	0,00	1.820.214,45			
4	INVESTIMENTO																
4332	Edif. - Ampliação e Reabilitação CNBC	2006	1218580,34	5%	62513,17	62513,17	62513,17	62513,17	843.501,31					780.988,14			
4332	Edif. - Saude XXI	2007	370434,55	5,00%	18521,73	18521,73	18521,73	18521,73	259.304,18					240.782,45			
4332	Edif. - Centro Azeredo Perdigão - PARES II	2012	2958429,51	2%	59168,59	59168,59	59168,59	59168,59	2.899.260,92					2.840.092,33			
4333	Equip. Básico Centro Azeredo Perdigão - PARES II	2012	113710,83	16,66%	18955,59	18955,59	18955,59	18955,59	94.755,24					75.799,65			
4335	Equip. Adm Centro Azeredo Perdigão - PARES II	2012	9683,99	20,00%	1.936,80	1.936,80	1.936,80	1.936,80	7.747,19					5.810,39			
	...																
	TOTAL DO INVESTIM. - "EMP. A" - EX.:		4670839,22		161095,9	161095,9	161095,88	161095,88	4.104.568,84					3.943.472,96			

e+f+g=<h+i+j+l

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.

Am
André Fernandes Coelho